

3. Metodologia

Neste capítulo, indico os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa. Primeiramente, o presídio visitado será apresentado ao leitor conforme as observações registradas no diário de campo. Posteriormente, os critérios e as condições para a geração e análise dos dados também serão descritas em itens específicos.

O método de pesquisa utilizado neste estudo é de natureza qualitativa interpretativa, com trabalho de campo de base etnográfica e análise dos dados fundamentada por princípios da Sociolinguística Interacional. Nesta perspectiva, investigo a prática discursiva, em especial, narrativas de histórias de vida, de acordo com Linde, (1993), utilizando a estrutura de análise de narrativas desenvolvida por Labov (1972), de internos de um presídio, em contexto micro, captando mais especificamente as informações de natureza socio-interacional, ou de forma macro, refletindo sobre a visão sócio-histórica e institucional que perpassa (ancora) o discurso segundo RIBEIRO & PEREIRA (2008).¹

O trabalho de campo e geração de dados foi realizado em um presídio situado na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, durante o ano de 2009. O espaço físico utilizado para a pesquisa foi o da escola que funciona dentro do presídio, administrada pela Secretaria de Educação do Estado. As entrevistas foram obtidas nas salas de leitura e de pintura da instituição escolar. No item seguinte, escrevi mais detalhadamente sobre as instalações do presídio e a minha experiência na instituição.

A transcrição dos dados será desenvolvida por meio das convenções baseadas nos estudos da “Análise da Conversação” de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), sendo incorporados símbolos sugeridos por Schffrin (1987) e Tannen (1989), conforme tabela encontrada na seção de anexos neste trabalho. Portanto, serão considerados alguns conceitos que constituem o modelo elementar para a operação de uma conversação estabelecido pelos autores referidos, Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), encontrados no item 2.3.1.

Nas histórias narradas e transcritas, empregando-se as técnicas acima especificadas, observam-se as causas que os internos alegam para estarem

¹ RIBEIRO & PEREIRA, 2008, p.51.

vinculados ao crime, a forma com que convivem no contexto prisional e suas perspectivas e avaliações em relação à sociedade em que vivem. Devido aos sinais da disposição estruturada e hierarquizada com que os internos se manifestam na condição de apenados, reagindo contra o sistema prisional, dedico especial atenção à formação de identidades de resistência construídas sob fortes indícios de organização coletiva. Será observada, neste contexto, a constituição de posições que fazem parte do universo permeado por condições estigmatizadas ou desvalorizadas em relação a uma determinada estrutura de poder, conforme verificamos em CASTELLS ([1997] 1999).

Para analisar como os apenados constroem seu discurso de resistência, selecionei momentos das narrativas do interno João, que contenham estruturas linguísticas, vocabulário e processos de associação de ideias, que indiquem as chamadas estratégias ou táticas de resistência apresentadas por Ewick e Silbey (2003) em capítulos anteriores. Contudo, há momentos que integram a história de vida de João, que, apesar de não apresentarem traços específicos reveladores de atos de resistência, auxiliam a compreensão do processo de construção do discurso de João.

Como veremos no capítulo de análise, muitos dos elementos linguístico-discursivos através dos quais Ewick e Silbey identificam as estratégias e táticas de resistências, correspondem a recursos que Gumperz entende como pistas de contextualização (vide item 2.3.1). Tais sinalizações verbais ou não-verbais, contextualizadas, empregadas de forma inconsciente ou não, e por dependerem do repertório linguístico, historicamente determinado de cada participante, se tornaram fundamentais para a análise dos dados. Dediquei especial atenção aos momentos em que João emprega expressões ou termos genéricos² e destaca a agência de terceiros em suas histórias³, amenizando o impacto causado aos seus interlocutores, por atos criminosos que tenha dito ter cometido e/ou presenciado.

² Como “termos genéricos” me refiro a termos e expressões com sentidos vagos e indeterminados como em “isso” e “naquele lugar”.

³ Neste caso, o conceito de agência se refere ao conceito gramatical de voz ativa: quando o sujeito pratica a ação, logo, é um sujeito agente.

3.1 O presídio visitado

Iniciei a minha pesquisa em um dos presídios de um Complexo Penitenciário na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, em agosto de 2009, conforme registros anteriores. A pesquisa de campo já transcorria por intermédio da doutoranda Liana Biar, também da PUC-Rio, que atuava no mesmo projeto desde os primeiros meses do referido ano. Durante as três primeiras visitas, realizadas junto com Liana, conheci o local onde ocorreriam as entrevistas. O nosso contato com os internos se realizou no espaço físico correspondente à Escola Estadual que funciona dentro do presídio, em um dos setores que ficam ao lado da carceragem.

Neste período ainda não havíamos conseguido autorização legal por parte da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro para entrarmos com gravadores e realizarmos entrevistas. O processo de negociação foi demorado, resultando em três visitas sem geração de dados gravados. Contudo, pudemos interagir com diversos internos por meio de conversas informais, assistir a algumas atividades escolares, observar o espaço físico e dialogar com os professores durante os intervalos das aulas.

➤ **Rotina de entrada no presídio e reconhecimento do espaço físico**

O trajeto da avenida principal da região onde fica localizado o complexo penitenciário até o presídio visitado deve ser feito, preferencialmente, de carro, pois a distância é muito grande. No portal para as ruas de acesso aos presídios do complexo penitenciário, há um primeiro momento de identificação dos visitantes e funcionários. O nosso acesso foi facilitado por estarmos no carro de um professor da escola do presídio, Marcelo, que lecionava no local e muito nos auxiliou para o contato com a instituição.

Na entrada do presídio, normalmente havia uma fila de parentes ou amigos dos internos, que aguardavam autorização para obter notícias de apenados com quem mantinham algum tipo de vínculo, ou para tentar encaminhar documentos ou objetos de uso pessoal para eles. Esta observação significou para mim o

primeiro passo para perceber que os apenados não eram, necessariamente, elementos indesejados, temidos ou esquecidos por toda a sociedade.

Registro a passagem anterior, pois amigos e familiares que sabiam que eu iria realizar minha pesquisa em um presídio temiam pela minha segurança e não esperavam sinais de humanidade alguma por trás das paredes de uma instituição penal. Eu mesmo carregava silencioso, mesmo que em menor intensidade do que a maioria dos meus conhecidos, minhas dúvidas, minha ansiedade e minha insegurança em relação a um universo conhecido por mim por meio de leituras, além de entrevistas realizadas com membros de comunidades carentes, mas ainda não o havia vivenciado até a referida data.

A entrada do presídio é protegida por um alto portão de ferro, da altura das paredes, obstruindo a visão para a área interna da instituição. Em nossas visitas, eu e Liana entrávamos junto com os professores e funcionários que trabalhavam no presídio, a partir das 9h da manhã, acompanhados por um agente penitenciário, tendo que cumprir a mesma rotina de identificação e revista pela qual todas essas pessoas passam diariamente, incluindo os visitantes. Em seguida, nos apresentávamos a outro agente que verificava nossa autorização de entrada. Tínhamos que atravessar um aparelho detector de metais e, caso levássemos bolsas e objetos pessoais, teríamos que ser revistados.

Registrávamos o horário de entrada no livro de registro para visitantes. Eu já havia sido informado para não levar aparelho celular, objetos metálicos, ou cortantes, para não ter que deixar nada na portaria, facilitando, dessa forma, a minha entrada e o serviço dos agentes penitenciários. Era importante demonstrar o máximo de transparência em nossas atitudes. Nossa imagem de pesquisadores e não de “investigadores” deveria ser bastante clara.

Para chegarmos às instalações onde funcionava a escola, tínhamos que atravessar a carceragem do presídio. Antes das celas, passávamos por dois portões trancados por um grande cadeado. Atravessávamos, em grupo, o primeiro portão e só passávamos pelo segundo após o fechamento do anterior. Para os professores, essa medida de segurança era vista com naturalidade. Eles agiam como se estivessem cumprindo uma rotina qualquer e não se sentiam intimidados e ameaçados por transitarem entre as celas.

Ao atravessarmos o corredor que divide os dois lados da carceragem, ouvíamos os avisos dos internos, ao gritarem “senhoras no recinto”, para que se

comportassem adequadamente dentro das celas, ao perceberem que havia mulheres junto ao grupo de professores e funcionários. Os internos confirmaram, em entrevistas posteriores, que um dos códigos de conduta por eles estabelecidos é o de respeitarem a presença feminina no interior da carceragem.

As celas eram mantidas fechadas, mas alguns internos e alguns funcionários circulavam no mesmo corredor que nos levava à escola. Eu evitava olhar diretamente para as celas dos internos e cumprimentava os que, ocasionalmente, entrecruzavam olhares comigo. Contudo, observei que havia um número grande de internos em cada uma das celas, havendo algum espaço para transitarem entre si; o calor que emanava de cada cela era intenso, mas o clima entre os apenados não parecia de hostilidade.

Percebi que um grande número de internos indicava, por meio de gestos e olhares, que gostava de ser tratado naturalmente, como se estivesse recebendo visitantes em uma instituição qualquer. Alguns internos permaneciam cabisbaixos e outros olhavam discretamente e trocavam comentários com os colegas. Eu não podia definir se eram olhares de desconfiança ou de mera curiosidade, já que não me conheciam, nem conheciam Liana, somente os professores.

No final do referido corredor, chegávamos ao portão (gradeado) que conduzia à escola. Após a nossa entrada, entravam os chamados “faxinas”, ou seja, internos que, devido ao perfil de bom comportamento e liderança, são responsáveis pela limpeza e organização do espaço físico da escola. Eles também participam da distribuição de material escolar e colaboram com os professores. Dessa forma, representam os internos perante o corpo docente e a direção do presídio.

O prédio da escola havia sido construído em período recente, proporcionando um aspecto de organização e limpeza ao ambiente escolar. As paredes de tijolos decorativos combinados a espaços vazados, fechados por grandes vidros, mostrando o interior das salas, se diferenciam esteticamente da construção rústica e impessoal das celas. Contudo, a preocupação com a segurança originou salas com pouca ventilação, apesar da existência de ventiladores de teto, retomando a concepção de confinamento observada nas celas do presídio. Há três salas destinadas a atividades complementares: uma de leitura, que incluía uma pequena biblioteca; outra de artes plásticas, que estimulava

principalmente a pintura; a terceira sala era destinada a aulas de informática, que eram ministradas por um interno que ocupava a função de monitor.

O relacionamento entre os “faxinas” e os professores é de muito respeito e cordialidade. Eu e Liana recebemos, por parte dos faxinas, o mesmo tratamento dispensado aos professores, ao sermos devidamente apresentados como professores e pesquisadores. Em geral, todos os “faxinas” nos cumprimentavam com apertos de mão. Na sala dos professores há água mineral, café e banheiro para os docentes. Observei que há “faxinas” colaboradores que fazem café, espontaneamente, para os professores. O espaço para os professores é pequeno e insuficiente para que sejam realizadas as atividades burocráticas e pedagógicas, mas bem preservado pelos professores. Os arquivos são dispostos como o de uma secretaria comum a qualquer escola pública: local para as pastas com os diários das turmas; registro dos alunos e material didático.

Quando os “faxinas” finalizam a limpeza e a organização das instalações da escola, os internos que a frequentam (por vontade própria de cada interno, caso sejam autorizados pela direção do presídio, por terem demonstrado bom comportamento) são encaminhados para as salas, em função das séries cursadas. Estes nos cumprimentavam dirigindo olhares menos diretos (sugerindo desconfiança), e apresentando expressão mais contida do que a dos “faxinas” (que já haviam sido informados pelos professores sobre a nossa presença).

O início das aulas é, diariamente, bastante retardado pela necessidade da demorada rotina de entrada dos professores e internos, descrita anteriormente. Tanto os docentes como alguns internos comentam sobre o comprometimento das atividades escolares em função do atraso na entrada. O horário do início do turno da manhã é às 9h, mas os professores raramente conseguem chegar às salas com os alunos antes de 9h30min.

Ao terminarem as aulas do turno da manhã, ao meio-dia, os internos retornam às celas e os faxinas ainda fazem algumas verificações no ambiente e saem depois. Por último, saíamos eu e Liana, em grupo, junto com os professores. Os faxinas se despediam com apertos de mão e agradeciam a nossa presença, aguardando nosso retorno para conversarmos mais sobre a nossa pesquisa e sobre a possibilidade da realização das entrevistas.

Os alunos, após o primeiro encontro, já nos cumprimentavam demonstrando menos desconfiança, olhando-nos mais diretamente nos olhos.

Posteriormente, soube, por alguns deles, que suspeitavam que eu pudesse ser um agente penitenciário, ou um policial disfarçado. Ao passarmos pelo corredor, o procedimento foi o mesmo da entrada e as informações para respeitarem a presença de senhoras também era realizado pelos internos. Na saída, assinávamos o livro de registro indicando o horário.

Em um dos dias de gravação, após a autorização para a entrada no presídio com o gravador, após o intervalo do almoço, tivemos que encontrar o diretor do presídio para mostrarmos as gravações realizadas no dia. O diretor examinou o aparelho, verificando que não havia câmera fotográfica ou de filmagem. Ouviu praticamente todas as gravações e teceu alguns comentários. Ao perceber que as gravações não focavam em fatos isolados, não identificavam nenhum dos internos, e não expunham nenhum funcionário do presídio, liberou o material para nossa análise futura.

➤ **Aula de história com os internos**

Assisti a uma das aulas do professor de história, Marcelo - já citado anteriormente -, em uma turma do 7º ano do ensino fundamental. O professor deu sequência a um tema desenvolvido em outra aula: violência. O texto em discussão retratava os possíveis efeitos causados pela banalização da violência, podendo se tornar “incorporada aos nossos hábitos e expectativas”.

Durante o debate com o professor, os alunos internos declararam “que não são bandidos 24 horas por dia como todos pensam”. Informaram saber se comportar em relação a pessoas estranhas ao convívio deles - um dos que abordava o assunto mencionou sobre a minha presença e a de Liana -, e “que não sairiam furando as pessoas e professores com lápis, como muitas pessoas devem imaginar fora das paredes do presídio”. Um dos internos mencionou que o caso do menino João Pedro, arrastado vivo pelo carro de bandidos em fuga no bairro de Bento Ribeiro, na Cidade do Rio de Janeiro em fevereiro de 2007, não representa a conduta de todos os apenados, quando envolvidos em ações criminosas.

Alguns internos falaram sobre a violência que o Estado, representado principalmente pela polícia militar, inflige aos elementos oriundos das “comunidades” pobres. Ressalto que os internos não empregam a expressão “comunidades pobres”, mas reconhecem o termo comunidade como favelas ou

grandes agrupamentos de pessoas pobres, residindo em grande área residencial. Os internos entrevistados, em sua maioria, relataram se sentirem estigmatizados por serem moradores das chamadas “comunidades”, refletindo em sua dificuldade encontrada de ascensão social.

Outro tema abordado que registrei durante a aula indicava que os internos reconhecem o poder de força (armamentos) da polícia e do exército, mas dizem que se sentem “massa de manobra” na mão de políticos poderosos. Sugerem que, por essa razão, o tráfico não termina. Este assunto não foi aprofundado na aula, mas é retomado nas entrevistas com os internos em encontros posteriores.

Relembro o leitor de que esta aula com a turma em questão ocorreu em agosto de 2009. No ano seguinte, em novembro de 2010, ocorreram os violentos ataques de traficantes em vários bairros da Cidade do Rio de Janeiro, abordados na introdução (Capítulo 1) deste trabalho, por meio de reportagens extraídas de edições de mídia impressa. Escrevo sobre este episódio, pois o discurso dos apenados entrevistados é construído de maneira a assumirem seus atos criminosos, mas, ao mesmo tempo, de modo a se sentirem discriminados perante a mídia, como sendo os únicos responsáveis pelo crescimento da violência na Cidade do Rio de Janeiro. Destaco este comentário, pois os internos sugerem haver policiais e políticos ligados ao crime organizado, ou se utilizando da condição de ilegalidade de seus integrantes para obterem benefícios próprios.

Algumas argumentações apresentadas pelos internos durante o debate contêm suas críticas ao sistema penitenciário e judiciário. Por exemplo, declararam abertamente que, ao saírem da prisão, são pressionados a fornecer dinheiro à polícia, para não serem pegos em possíveis delitos e terem que retornar à prisão. Ao mesmo tempo, relembram crimes cometidos por jovens de classes favorecidas que receberam penas muito suaves e diferenciadas das que são aplicadas a pessoas humildes, concluindo que a prisão é para pobres e que ricos raramente ficam presos. No item 2.1.1 deste trabalho, encontramos os estudos de Foucault, que indicam a tendência de execução de punições legais direcionadas, principalmente, às classes menos favorecidas, contribuindo para que as prisões sejam povoadas por pessoas com poucos recursos financeiros.

Um dos casos citados pelos alunos apenados, sobre o favorecimento da lei com abrandamento de pena para membros de classes favorecidas, foi o do índio pataxó queimado vivo por jovens de classe média em Brasília, em abril de 1997,

“por ter sido confundido com mendigo” (justificativa dos acusados). Outro caso mencionado foi o da empregada doméstica espancada por jovens de classe alta no Rio de Janeiro, em junho de 2007, “por ter sido confundida com uma prostituta” (argumentação dos agressores).

O professor apresentou um panorama histórico sobre a formação das favelas no Rio de Janeiro, e os alunos demonstraram bastante capacidade de crítica - mesmo que assumindo posturas tendenciosas que favorecessem as razões para levarem vida de criminosos - demonstrando muito interesse pelo tema. Registro que, até o presente momento de nossa visita, os alunos internos desta turma, especificamente, não sabiam que eu e Liana éramos pesquisadores na área de estudos da linguagem, analisando temas como a violência no discurso prisional.

Constatei que há muita rotatividade de internos nas turmas, devido a transferências de presídio a que os internos são submetidos, ou possíveis punições ou alterações de cumprimento de penas aplicadas aos criminosos. A lista de frequência apresentada diariamente ao professor é muito longa, e vários dos alunos presentes não estão relacionados. O professor tem a função de incluir vários nomes de alunos novos a cada aula.

Os internos, em sua grande maioria, possuem uma relação de cordialidade e cooperação com o professor, contudo, muitos informam aos professores que frequentam as aulas somente para terem redução de pena. E, apesar dos problemas apresentados, e do curso não poder ter a mesma funcionalidade do curso regular das escolas da rede pública de ensino (inclusão imediata no mercado de trabalho, por exemplo), muitos internos aproveitam o momento para trocarem ideias com pessoas com diferentes visões de mundo - seus professores - e para saírem do confinamento das celas.

➤ **Reunião com os “faxinas”**

No segundo encontro com os internos, nós, pesquisadores (eu e Liana), nos reunimos com o professor Marcelo, que nos ajudou na convocação dos internos, e de sete “faxinas”, para conversarmos sobre a relevância do nosso projeto de pesquisa. Formamos um semicírculo de maneira que todos pudessem se entreolhar. Esses apenas representariam os divulgadores da nossa proposta,

dentro do presídio, já que precisaríamos de voluntários para nos conceder entrevistas.

Explicamos a importância de terem seu discurso gravado por nós. Dessa forma, não poderíamos interferir sistematicamente na maneira com que conduziriam suas narrativas. Eles teriam a oportunidade de serem ouvidos e retratados com base em suas próprias palavras, na entonação que empregariam, e não pela visão pré-concebida que se poderia fazer deles.

Os faxinas nos alertaram sobre a impossibilidade de passarem algumas informações específicas sobre as regras e procedimentos que estabelecem para a conduta diária dentro do presídio, incluindo a forma como se relacionam com a facção do crime organizado a que estão vinculados. Falamos que precisaríamos de entrevistas que apresentassem suas histórias de vida, ou ainda, qualquer assunto que, de preferência, os remetesse a relações com a violência ou com a vida que estavam levando na cadeia. Nós não revelaríamos nomes nas transcrições, deixando-os à vontade para contarem apenas o que quisessem.

Lembrei sobre a importância do fato de que a pesquisa transitaria no meio acadêmico, adquirindo uma perspectiva científica e não sensacionalista. Eles consideraram importante sua participação e decidiram colaborar. Contudo, a autorização para que nos concedessem entrevistas ainda dependeria da apreciação das lideranças dos internos no presídio – fato que ocorreu na semana seguinte a essa reunião.

➤ **Conversas não gravadas com os internos**

Durante o momento de entrada dos internos nas dependências da escola, ou durante o intervalo entre algumas aulas, conversávamos com alguns “faxinas” ou internos que transitavam no pequeno corredor entre as salas, ou desenvolviam atividades nas salas de pintura e na biblioteca. Muitas dessas conversas originavam narrativas espontâneas muito impressionantes que, lamentavelmente, não puderam ser gravadas. Entretanto, serviam para que pudéssemos conhecer gradativamente os anseios, as experiências e o senso crítico dos representantes do nosso grupo de entrevistados.

Alguns dos relatos não gravados não serão mencionados, nem mesmo nesta passagem, pois representam temas censurados, por indicação dos próprios

internos. Eu reafirmava, sempre que necessário, minha condição de pesquisador e não de repórter ou de investigador. Dessa forma, eles poderiam estabelecer limites para o que poderiam falar, sem nenhum tipo de constrangimento.

Um dos internos relatou que realmente existem meios de conseguirem recursos para se manterem no tráfico e poderem ajudar suas famílias, mesmo estando dentro da cadeia. Ele não mencionou a forma como esses recursos chegam até ele ou à sua família. Destacou que alguns artigos, como uma latinha de refrigerante, por exemplo, chegam a custar até dez vezes mais no comércio clandestino dentro do presídio do que na vida do cidadão comum. Demonstrou insatisfação por haver períodos em que se torna mais “difícil” obter produtos dentro do presídio, mas não entrou em detalhes.

Em outro momento, na sala dos professores, um dos internos declarou que a maioria dos apenados que conhece prefere ficar nos presídios do Rio de Janeiro, por existir, dentro deles, uma organização interna, controlada por alguma facção criminosa. Conclui sua declaração, dizendo que, se cada um dos internos cumprirem as regras de convivência estabelecidas pelas lideranças das facções, não encontrarão problemas, como envolvimento em brigas, por exemplo, ou não serão roubados ou ameaçados.

3.2 Geração e seleção dos dados

A etapa destinada às entrevistas com os internos teve início no mês de setembro de 2009. As entrevistas foram registradas em mídia digital com consentimento prévio dos entrevistados, mediante compromisso de preservação de suas identidades. Optamos por não fazer nenhum registro por escrito enquanto os entrevistados narravam suas histórias, pois precisávamos que eles se sentissem descontraídos. Os internos se sentem bastante vigiados, investigados e censurados, não só pela segurança penitenciária, mas pelo regulamento sigiloso cobrado pelas lideranças hierarquizadas do crime organizado entre os próprios internos.

Não foi elaborado um roteiro definido para as entrevistas. Organizamos algumas perguntas em aberto sobre o que gostariam de contar sobre suas vidas, que serviriam como pontos de partida e motivação para os entrevistados.

Sugerimos que os internos contassem histórias em que aparecessem

episódios que traçassem uma trajetória de vida, no que dizia respeito à família, amigos, vida escolar e profissional, e razões para estarem presos.

Informamos aos internos entrevistados que deveriam expressar suas ideias da maneira com que gostariam de ser ouvidos e que, desse modo, não esperávamos respostas certas ou erradas sobre assunto algum. Procuramos fazê-los entender que o nosso objetivo não seria julgá-los individualmente, baseados em princípios morais ou jurídicos.

Realizamos entrevistas com sete internos. A princípio, todos aparentavam estar receosos em serem gravados. Alguns assumiam não se sentirem à vontade em serem gravados, enquanto outros simplesmente diziam não gostar de falar em público. Suponho que, por essa razão, a primeira entrevista tenha sido realizada com dois internos, os quais se sentiram mais seguros em serem ouvidos conjuntamente. Após a primeira entrevista, outros internos, os “faxinas” que já conheciam a nossa proposta, começaram a colaborar com a pesquisa.

Neste trabalho, analisarei narrativas do interno, de nome fictício, João. Dentre os entrevistados, ele foi um dos que agiu com mais espontaneidade durante a entrevista. Dessa forma, suas narrativas favoreceram a análise sobre sua trajetória de vida e sobre as constantes avaliações que elaborou em seu discurso. Contudo, alguns dados gerados em outras entrevistas serão utilizados, quando necessário, para melhor fundamentar minha dissertação. A perspectiva de outros apenados sobre o contexto prisional, construindo e transformando o seu universo por meio de suas histórias, me ajudaram a compreender melhor a história de vida de João.

3.3 O contexto imediato

A gravação da entrevista com João foi realizada no dia 28 de setembro de 2009, no turno escolar da tarde. Os participantes são Julio (eu - autor desta dissertação), Liana (a doutoranda proponente do projeto) e o professor de história da escola, Marcelo, na condição de entrevistadores, e o interno João (nome fictício), na condição de entrevistado. Sentamos ao redor de uma mesa, na sala de leitura que inclui a biblioteca da escola que funciona no presídio, como já foi informado anteriormente, de forma que todos pudessem se entreolhar.

João é um homem de 28 anos de idade (na data da entrevista) que, segundo seus comentários, realizados durante conversas informais conosco, antes das entrevistas, encontra-se magro e debilitado, em função de problemas de saúde que desenvolveu por envolvimento em atos de crime, que ocasionaram ferimentos graves no passado. Afirmou ter perdido alguns dentes pelas mesmas razões, preocupando-se em construir sua imagem física do passado, como a de um homem de boa aparência, saudável e forte. Informou-nos ter concluído o ensino fundamental, mas que não pôde dar continuidade aos seus estudos, por ter entrado no mundo do crime muito cedo. Contudo, considera ter um bom nível de instrução.

Nesse dia de gravação, já havíamos pedido ao João para entrevistá-lo durante o turno da manhã, mas ele foi um dos internos, como mencionei anteriormente, que havia dito não se sentir à vontade com a utilização do gravador. Resolvemos permanecer no local, no turno da tarde, para conseguirmos outras entrevistas. Nesse momento, ele resolveu nos receber sem apresentar qualquer resistência. João já sabia que outros três colegas haviam sido entrevistados durante o turno da manhã.

A entrevista foi realizada em duas etapas. Após o gravador ter sido desligado na entrevista com João, continuamos conversando informalmente. Ao percebermos que o interno estava motivado a contar mais histórias, Liana perguntou se poderia religar o gravador e João concordou. Porém, essa segunda etapa teve que ser apagada, pois alguém entrou e falou alto o nome verdadeiro de João. O gravador foi mais uma vez ligado e solicitamos que as histórias fossem recontadas. Tentamos auxiliar João a se lembrar dos fatos narrados.

João expressava naturalidade, desejando cooperar com a pesquisa. Contudo, disse não poder passar informações específicas e sigilosas referentes à atuação do crime organizado, por questão de lealdade à facção a que estava vinculado no presídio. Liana segurava o gravador e conduzia a entrevista, mas eu e Marcelo estávamos livres para fazer qualquer pergunta ou intervenção. Mesmo já tendo relativa confiança e intimidade conosco, principalmente com o professor Marcelo, por pertencer à escola, João preferiu usar as formas de tratamento “senhor” e “senhora” para se dirigir a nós três.

A primeira etapa da entrevista tem a duração de aproximadamente 24 minutos. João fala sobre sua família, seu primeiro delito, sua relação com o crime

organizado e a interferência do contexto prisional em sua vida. Na segunda etapa, com duração de aproximadamente 7 minutos, o interno relata sobre situações de perigo em que esteve envolvido, sua vida amorosa e a consequente repercussão desses acontecimentos em sua vida. As duas etapas da entrevista foram marcadas por críticas e avaliações em relação ao poder público, mais especificamente à atuação da polícia e aos órgãos governamentais, no que diz respeito à prevenção do crime, a programas sociais e ao processo de ressocialização dos apenados.